Notificações e prazos no processo penal: porque o advogado penal em Braga insiste na rapidez Uma carta do tribunal fica esquecida em cima da mesa durante duas semanas. Quando finalmente é aberta, o prazo para responder já terminou. Esta situação é mais comum do que se imagina e está na origem de muitos problemas evitáveis em processos-crime. Um advogado penal em Braga insiste sempre no mesmo ponto com os seus clientes: no processo penal, as notificações são o relógio do processo, e quase todos os direitos têm uma janela temporal para serem exercidos. As notificações podem chegar de várias formas: por carta registada, por via postal simples para a morada indicada no termo de identidade e residência, por contacto pessoal de defesa em direito penal um agente da PSP ou da GNR, ou, quando há advogado constituído, diretamente ao advogado por via eletrónica. Cada forma tem regras próprias sobre o momento em que a notificação se considera feita, e esse momento não coincide necessariamente com o dia em que a pessoa lê a carta. Na via postal simples, por exemplo, a lei presume a receção ao fim de um certo número de dias após o depósito na caixa de correio.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

Os prazos processuais servem para tudo: requerer a abertura de instrução, contestar a acusação, apresentar o rol de testemunhas, deduzir o pedido de indemnização civil, recorrer de uma decisão ou reagir a uma medida de coação. Cada ato tem o seu prazo, e alguns são bastante curtos. Ultrapassá-los pode significar perder definitivamente a possibilidade de praticar o ato, com consequências diretas na defesa ou na posição da vítima. Existem mecanismos excecionais para atos praticados fora de prazo, mas implicam custos e não estão sempre disponíveis. Há ainda regras específicas sobre a contagem: prazos que correm em férias judiciais quando há arguidos presos, prazos que se suspendem noutros casos, prazos que se contam de forma diferente consoante a natureza do ato. São pormenores que não fazem sentido decorar, mas que um advogado penal domina e que justificam enviar qualquer notificação ao advogado no próprio dia em que é recebida. Uma fotografia legível da carta, com o NUIPC visível, já permite começar a trabalhar. Na QUOR Advogados, em Braga, a abordagem sem papel do escritório ajuda a gerir este fluxo. As notificações são organizadas digitalmente, os prazos são controlados e o cliente é avisado com antecedência sempre que precisa de fazer alguma coisa. O compromisso de resposta em 24 horas úteis é especialmente relevante quando uma carta chega com o prazo já a correr e não há tempo a perder. Se recebeu uma notificação e não sabe o que significa nem até quando tem de agir, marque uma consulta inicial de 70€, presencial na Praça da República ou online por videochamada. Ligue para o +351 939 709 888 assim que possível.

888 FAQ:

Advogado Penal em Braga O que faz um advogado penal em Braga? Um advogado penal acompanha arguidos e vítimas ao longo do processo penal, do inquérito ao recurso, explicando cada fase e protegendo os direitos de quem representa. Na QUOR Advogados, em Braga, esse acompanhamento é feito pelo mesmo advogado do início ao fim, em linguagem clara e sem jargão. Quais são as fases do processo penal em Portugal? O processo penal tem como fases o inquérito, dirigido pelo Ministério Público, a instrução, que é facultativa e decorre perante o juiz de instrução, o julgamento e o recurso. Em Braga, estas fases correm no Tribunal Judicial da Comarca de Braga, onde o Dr. David Silva, da QUOR, tem presença regular. Quanto custa a primeira consulta com um advogado penal na QUOR Advogados? A consulta inicial custa 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser presencial no escritório da Praça da República, em Braga, ou online por videochamada. Antes de avançar para qualquer passo seguinte, o cliente recebe um orçamento claro. Qual é o prazo para apresentar queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados ajuda a preparar a queixa-crime e responde em 24 horas úteis, o que é útil quando o prazo está a terminar. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido não significa ser culpado e confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser assistido por defensor e a ser informado dos factos imputados. Na QUOR Advogados, a constituição de arguido é tratada com explicação dos direitos, preparação do interrogatório e definição da linha de defesa. O que são medidas de coação? São restrições aplicadas ao arguido durante o processo, como o termo de identidade e residência, a caução, a proibição de contactos, a obrigação de permanência na habitação com vigilância eletrónica e, como medida mais grave e excecional, a prisão preventiva. A QUOR Advogados analisa a legalidade da medida aplicada e procura alternativas proporcionais, incluindo através de recurso. Como posso constituir-me assistente num processo-crime? A vítima requer a constituição como assistente no processo, representada por advogado e com pagamento de taxa de justiça, salvo apoio judiciário. Como assistente, pode requerer diligências, acusar, requerer a abertura de instrução e recorrer. Na QUOR, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha com frequência vítimas nesta qualidade. O que posso fazer se o meu processo for arquivado? O arquivamento acontece quando o Ministério Público não encontra indícios suficientes. Se se tiver constituído assistente, a vítima pode requerer a abertura de

instrução, para que um juiz reaprecie o caso. A QUOR Advogados analisa o despacho de arquivamento e diz com honestidade se há fundamento para reagir, antes de qualquer custo adicional. É possível retirar uma queixa-crime? A desistência só é possível nos crimes semipúblicos e particulares, como a ofensa à integridade física simples ou a injúria. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o processo continua independentemente da vontade da vítima. Na consulta inicial de 70€ na QUOR, o enquadramento do crime é esclarecido logo à partida. Posso pedir indemnização no processo penal? Sim. O pedido de indemnização civil é, em regra, deduzido no próprio processo penal, sem necessidade de uma ação separada. A QUOR Advogados ajuda a quantificar e provar os danos, e em casos de burla online ou MB WAY analisa também a possibilidade de exigir responsabilidades ao banco. A QUOR Advogados acompanha processos noutras cidades do distrito de Braga? Sim. A partir do escritório na Praça da República, a QUOR acompanha processos em Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Esposende e outras localidades do distrito. O escritório tem também presença no Porto e em Esposende, e faz consultas por videochamada para quem vive fora de Braga ou no estrangeiro. Como posso contactar um advogado penal da QUOR Advogados em Braga? Pode ligar para o +351 939 709 888 ou enviar um email para info@quor.pt, de segunda a sexta, das 9h às 18h. O escritório responde em 24 horas úteis e tem uma avaliação de 4,9 no Google. Os advogados estão inscritos na Ordem dos Advogados e mantêm sigilo profissional sobre tudo o que é partilhado.